

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 94

Data: 15 de Novembro de 1986

Pg.:

Lucio Flavio Pinto

## Jari: um novo capítulo

Em 1982 o governo Figueiredo decidiu avaliar o mais feérico processo de nacionalização de uma empresa estrangeira, substituindo a Jari Florestal e Agropecuária, do milionário norte-americano Daniel Ludwig, pela Companhia Florestal Monte Dourado, controlada por 23 dos maiores grupos empresariais brasileiros. Muitos dos que até então vinham acompanhando o ousado projeto de Ludwig, que se desenvolvia num dos maiores imóveis rurais do planeta, pareciam finalmente satisfeitos e dispostos a baixar as armas da crítica. O enclave estrangeiro, estrategicamente posicionado na entrada do maior vale do mundo, passaria ao efetivo controle nacional.

Para os brasileiros, porém, dificilmente se poderia dizer que a história perdeu o interesse. Se antes Daniel Ludwig teria que bancar seus próprios erros e a equivocada concepção de seu projeto, implantado em ritmo extremamente veloz para poder maturar a tempo de seu dono poder desfrutá-lo (quando comprou a Jari, em 1967, Ludwig já tinha 70 anos de idade), de quatro anos para cá é o próprio povo brasileiro quem está sendo chamado a sustentar o colosso empresarial edificado sob base movediça, incerta.

Quase todos os 23 conglomerados econômicos e financeiros responderam ao chamado do governo "no escuro" para subscrever cotas do capital da nova empresa que sucederia a Ludwig. Apenas Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o "cabeça" do grupo Caemi, sabia com precisão qual era o negócio. Amigo pessoal de Ludwig, fora o intermediário na aproximação do milionário com o ministro do Planejamento na administração Castelo Branco, o indefectível Roberto Campos, que abriu as portas governamentais para Ludwig dar início à

sua grande empreitada nos trópicos.

Quinze anos depois de assumir o controle de uma antiga companhia mercantil formada por portugueses, Ludwig estava entregando os pontos. Seu conjunto de empreendimentos industriais, florestais, mineradores, pecuários e agrícolas começava a bater pino sob a corrosão de um custo financeiro insupportável. Ludwig emprestara mais do que seus negócios eram capazes de pagar. Só iria adiante se colocasse dinheiro novo — e seu — no negócio, até amortizar os empréstimos em moeda estrangeira, uma jogada que sempre deu certo antes, mas tornara-se perigosa numa época de juros em franca subida.

Para que os empresários nacionais topassem uma parada que desconheciam, o governo aceitou ficar com os encargos financeiros, liberando as empresas privadas para atuar apenas na parte operacional. O todo poderoso ministro do Planejamento Delfim Neto determinou ao Banco do Brasil, ao BNDES e, em menor escala, à Sudam, para jogar dinheiro no Jari.

A cada vencimento das parcelas semestrais dos dois principais financiamentos (da Ishkawajima Harima Industries, o estaleiro japonês que construiu a fábrica de celulose e a central de energia sob plataformas flutuantes, e do City Bank), o Banco do Brasil e o BNDES subscrevem ações preferenciais da empresa, sem direito a voto. Com isso, hoje são detentores de 42% das ações da Companhia Florestal Monte Dourado, o que significaria aplicação superior a 700 milhões de cruzados, sem correção monetária. Só a amortização dos empréstimos externos consumiu 843 milhões de cruzados (bilhões antigos), dinheiro que saiu do

caixa do Banco do Brasil e do BNDES.

O relatório das atividades da empresa no ano passado, divulgado ontem, mostra que a Monte Dourado, detentora de um dos maiores capitais sociais do país (chegando a dois trilhões de cruzados, ou dois bilhões de cruzados), registrou prejuízo no exercício de 488 milhões de cruzados. Desde que começou a operar, em 1979, já acumulou prejuízos de 1,8 bilhão de cruzados, tanto por causa da contínua queda nos preços da celulose como pelo pesado endividamento. O valor excede todo o orçamento do Estado do Pará no ano passado.

No seu relatório, a diretoria explica que o desempenho da Jari foi prejudicado pelo nível "extremamente baixo" dos preços da celulose no mercado internacional, de 330 dólares a tonelada, que representa perda real de 25% em relação a 1984. Mas as outras duas empresas associadas, a Cadam (que extrai e beneficia caulim, 82% da produção sendo exportada), que ganhou 56 milhões de cruzados, e a Santa Bárbara, criada em 1985, deram lucros. Em termos operacionais brutos, a Monte Dourado já é superavitária desde 1984, mas continuará no "vermelho", quando apurado o resultado líquido, por causa dos empréstimos. Ainda há 46 milhões de dólares a amortizar e as últimas parcelas só vencem em 1990, justamente a parte mais onerosa, a taxas de juros acima da Libor (a taxa para o mercado europeu).

Isto significa que o Banco do Brasil e o BNDES continuarão sendo exigidos, tendo a contrapartida de dois dos cinco lugares apenas no Conselho de Administração da empresa e a promessa de dividendos em futuro longínquo, um esquema que deveria interessar os brasileiros pelo novo capítulo que a Jari está vivendo, já à distância dos refletores de outrora.